

## PERSPECTIVAS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA GESTÃO 2004-2006

A Associação Brasileira de Antropologia vem, em suas últimas gestões, dando uma atenção especial à temática dos direitos humanos. Essa ênfase tem-se multiplicado em diversas frentes, como seminários regionalizados sobre aspectos novos que a apropriação da temática exige da disciplina antropológica. Alinham-se, assim, os debates interdisciplinares, os cursos itinerantes e a realização do concurso Antropologia de Direitos Humanos, agora em sua quarta edição, com o apoio da Fundação Ford.

Se, por um lado, isso representa um novo empuxo de uma questão que sempre animou a nossa prática profissional no país – e a comissão de direitos humanos representou, ao longo de sua história, esse compromisso inarredável das ciências sociais brasileiras, por serem, como diz Mariza Peirano, *interessadas* –, por outro coube à atual configuração da comissão acompanhar a tendência contemporânea de ampliação dos assuntos abrigados sob a chancela dos direitos humanos.

Desde a sua formulação e do seu inarredável enraizamento na ideologia ocidental da liberdade, da democracia, do bem-estar e da soberania, as narrativas dos direitos humanos têm podido servir a senhores muito diversos – sejam os bem-intencionados que, em nome dela, pretendem salvar, resgatar a dignidade humana de segmentos expostos ao arbítrio, à exploração e à intolerância, sejam aqueles grupos que, em nome dos direitos humanos, buscam exercer pontos de vista específicos (e não humanistas, nesse sentido) para atingir metas caras ao seu próprio ideário. Certamente, o que se conhece como a quarta geração de direitos – aquela consagrada a partir da década de 1990, exemplificada, entre outras, pela conferência de Beijing – tem buscado salientar de que maneira direitos humanos competem também à metade da população

mundial – as mulheres – e, mais ainda, àqueles que, minoritários, se abrigam sob a capa da diversidade sexual. Esses sujeitos, que não são novos, mas que vocalizam diferentemente a reivindicação de dignidade, devem integrar as preocupações de uma Antropologia atuante e atual.

Nesse sentido, tivemos interesse em dar apoio e cooperação a iniciativas como a do curso “*Pesquisa em Direitos Humanos, Gênero e Violência*” – organizado em parceria entre o Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NESEG), o IFCS/UFRJ e o CLAM/IMS/UERJ – e a atividades no âmbito de congressos nacionais e latino-americanos, como, por exemplo, no caso da mesa-redonda “*Direitos sexuais e saúde reprodutiva*”, na IV RAM, em Montevidéu, e das mesas-redondas “*Antropologia e Direitos Humanos: reflexões interdisciplinares e Aborto e Direitos Humanos*” na 25ª Reunião da ABA.

Sabemos que a universalização do conceito de Direitos Humanos se tornou instrumento relevante para a produção de um espaço público democrático. Deste ponto de vista, o Prêmio ABA/Ford buscou estimular novas reflexões sobre o tema dos direitos humanos, em especial os direitos culturais, desigualdades e discriminações – no que, sem dúvida, obteve uma resposta extremamente positiva, coisa que pode ser comprovada pela diversidade de temas abordados nos trabalhos inscritos, abrangendo as áreas dos direitos, Justiça, questões indígenas, comunidades quilombolas, fronteiras étnicas, corpo e saúde, gênero e estudos históricos.

Desde a divulgação do edital até ao resultado final e à premiação dos autores, a Comissão esteve empenhada em dar ao processo um caráter participativo de avaliação. Para tal, ela contou com a assessoria exímia e dedicada de Rachel Aisengart Menezes, que participou da preparação do concurso e coordenou todo o processo de avaliação, desde a distribuição dos trabalhos para os pareceristas até ao envio final das avaliações ao Júri. Trata-se de um trabalho invisível, do qual, em geral, não se reconhecem os méritos, que parecem apenas culminar no momento em que os resultados se

tornam públicos. A árdua tarefa de comunicação com todos os vinte e oito inscritos e envolvidos, a divisão dos trabalhos por áreas temáticas, o contato com os avaliadores e com os membros do júri estiveram a seu encargo. Tendo em vista a preocupação com a transparência do processo de avaliação, cada texto foi avaliado por dois antropólogos – com experiência na área e sem qualquer vínculo com o autor –, e cada parecer apresentava o tema do trabalho, a pertinência em relação aos direitos humanos, e apontava as principais vertentes de análise. De fato, o número de trabalhos inscritos neste ano de 2006 demonstra o interesse pela temática e expressa a ampla divulgação do edital, seja em cursos de graduação de Ciências Sociais – e cabe acrescentar a novidade de premiação na categoria graduação –, seja em Programas de Pós-graduação em Antropologia Social ou em outros, considerados aptos a participar do processo de seleção. A deliberação final foi realizada em Goiânia, após muitas horas de reunião do Júri, de posse de todos os pareceres. Por motivos de força maior, Maria Luiza Heilborn (até então presidente do Prêmio) não pôde estar presente nesta reunião, mas o trabalho foi gentil e exemplarmente cumprido por Lia Zanotta Machado, que também vinha colaborando na realização da mesa-redonda sobre aborto e direitos humanos na 25ª Reunião da ABA.

Os textos aqui publicados abordam questões sobre saúde – seja em áreas urbanas ou rurais (aí se incluindo os indígenas), seja em grupos específicos, como mulheres, soropositivos, homossexuais ou intersexo –, sobre processos judiciais, fronteiras étnicas, crianças e profissões, dentre outras, e expressam não somente o interesse na temática dos direitos humanos, mas também a abrangência das áreas de investigação, o que demonstra a atualidade e a pertinência do fazer e da reflexão antropológicas.

Maria Luiza Heilborn e Sergio Carrara